



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

1ª Sessão Plenário Virtual Extraordinária – 12.07.2022

Conflito de Atribuições nº 1.00554/2022-10

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Interessados: Promotoria de Justiça Criminal do Tatuapé; Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Angra dos Reis

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Ofício GPGJ nº 0612. Processo nº 0001616-30.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232078). Processo nº 0001617-15.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232079). Processo nº 0001620-67.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232080). Processo nº 0001635-36.2022.8.19.0003 (MPRJ nº 2022.00232081). Apuração de possíveis crimes de estelionato contra vítima residente em Taubaté/SP. Promotoria de Justiça Criminal do Tatuapé/SP. Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Angra dos Reis/RJ.

Presidente da Sessão: Antônio Augusto Brandão de Aras

Decisão: O Conselho, por unanimidade, julgou improcedente o presente conflito de atribuição para declarar a atribuição do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (suscitante) para conduzir a investigação materializada nos autos Inquérito Policial nº 2024167-34.2022.900811, considerando-se válidos todos os atos já praticados, nos termos do voto do Relator. O Conselheiro Ângelo Fabiano não proferiu voto.

Daniela Nunes Faria Teixeira
Secretária Processual